



Megaeventos, legado e sustentabilidade: o caso da Cidade do Rio de Janeiro

Mega-events, heritage and sustainability: The case of Rio de Janeiro City

*Laura Sinay, Maria Cristina Fogliatti de Sinay,
Fabio Vinicius de Araújo Passos, Iluska Lobo Braga*

RESUMO

Megaeventos são acontecimentos de diversas naturezas que atraem grandes massas populacionais, movimentam a economia, aproximam a mídia internacional e patrocinadores que, com seus investimentos, possibilitam a revitalização dos locais-sede, impulsionam o turismo, o setor hoteleiro e o comércio, geram empregos temporários e permanentes, promovem a imediata inserção do local sede no mercado global divulgando pelo mundo afora características econômicas, sociais e culturais do mesmo. Com políticas prévias de investimentos em segurança, transportes, saúde pública, educação e treinamentos corretos, os megaeventos podem, ainda, melhorar aspectos sociais negligenciados nas cidades sede, as revitalizando com obras de modernização e de expansão atraindo novas empresas e melhorando o mercado de trabalho. Contudo, sem o devido planejamento e preparativos, a concentração exacerbada de pessoas pode gerar externalidades indesejadas como poluição atmosférica, atos de vandalismo, acidentes e incidentes de diversas naturezas, aumento de preços de produtos, especulação imobiliária, desapropriações, marginalização de comunidades, aumento da prostituição, da delinquência e de ruídos cuja divulgação na mídia pode causar efeitos negativos, impactos estes que devem ser mitigados com o planejamento cuidadoso do evento visando o legado à cidade, através de investimentos alocados em aspectos deficitários e com o monitoramento do legado positivo para o local sede. O legado de um megaevento diz respeito à herança recebida pela população do local sede. Esse é considerado negativo quando, de algum modo, prejudica a população, como por exemplo, com dívidas adquiridas com os preparativos, com áreas desmatadas, com lagoas soterradas, com a poluição das águas, do solo e do ar e com o desemprego. É considerado positivo quando melhora as condições de vida da população do local sede, ampliando a economia, diversificando as oportunidades de moradia e revitalizando áreas abandonadas. Os megaeventos são tipos de eventos normalmente organizados por uma combinação de governos, empresas privadas e públicas e organizações não governamentais, cujos interesses, públicos e privados, devem possibilitar a transformação de custos conjuntos elevados em rentáveis dividendos. O objetivo deste artigo de natureza teórica é, após a revisão bibliográfica sobre o tema, da apresentação dos passos seguidos para construir a proposta que levou a cidade do Rio de Janeiro ser a escolhida para sediar as Olimpíadas de 2016 e da experiência de 8 megaeventos sediados no Rio de Janeiro nos últimos 9 anos, propor ações para o planejamento de novos megaeventos de modo a efetivamente essas garantirem um legado positivo assim como a sustentabilidade do local sede.

PALAVRAS-CHAVE: Megaeventos e Legados; Sustentabilidade de Megaeventos; Megaeventos e Impactos Associados.

ABSTRACT

Mega events are happenings of diverse natures that attract a huge number of participants, international media and sponsors, which foment the economic growth in the host city, improving its social status. Investments are to be applied to redevelop the host city, to promote tourism, hostelry and commerce, generating new jobs, and to promote the insertion of the host place in the global market, while spreading throughout the world, its economic, social and cultural characteristics. With investments on correct policies focused on public security, health, transport, education and training, mega events can improve social aspects, revitalizing cities with new infrastructure, attracting new services and improving the work market. But planning and studying to correctly allocate investments are needed to avoid the negative impacts- air pollution, vandalism, accidents and incidents, speculation, prostitution increase, delinquency- that the exaggerated concentration of people and publicity could provoke. Those negative impacts are to be avoided, or at least mitigated looking at the city legacy and through investments properly applied. Legacy can be negative, when it prejudices society through several aspects: water, soil and air pollutions, unemployment, financial debts left behind, and so on and it can be positive when associated actions bring all kind of new opportunities to the citizens. Mega events are usually organized by a combination of governments, private and public organizations, and non-governmental organizations in a way that their interests should make it possible to transform high costs in high social benefits. The purpose of this work is to present actions and directions to be followed when planning mega events in order to guarantee a positive legacy as well as their sustainability. This purpose will be achieved after the review of the technical bibliographic on mega events, of the steps followed to develop the proposal of the City of Rio de Janeiro - BRAZIL as the hostess of the Olympics of 2016 and the experience of this city which in 9 years hosted 8 mega events.

KEYWORDS: Mega Events and Legacy; Mega Events and Sustainability; Mega Events and Associated Impacts.

Introdução

Pesquisadores como Roche (1994), Coates e Humpreys (1999), Roche (2000), Horne e Manzenreiter (2006) definem megaeventos como acontecimentos de significância internacional com enorme potencial para atrair massas populacionais, para movimentar a economia, para aproximar a mídia internacional e para atrair patrocinadores que, com seus investimentos, possibilitam a revitalização dos locais sedes.

Sola (1988) afirma que os megaeventos são extremamente importantes para a economia das cidades-sede já que atraem um público enorme, impulsionam o turismo, o setor hoteleiro e o comércio gerando empregos temporários e permanentes e melhorando a infraestrutura do entorno.

Para Dolles e Soderman (2008) esses eventos promovem a imediata inserção no mercado global, além de divulgarem pelo mundo afora características econômicas, sociais e culturais do local onde os eventos ocorrem. Estes aspectos são também ressaltados no trabalho de Matheson e Baade (2004) que afirmam, ainda, que estes eventos mostram para o mundo afora o poder político, cultural e econômico do país sede.

Há diversos estudos sobre impactos positivos associados aos Jogos Olímpicos, como por exemplo o de Barcelona (1992) realizado por Brunet (1995) que menciona o aumento de espaço para salas comerciais, a valorização imobiliária e a melhoria do trânsito com redução de congestionamentos. Esta última melhoria é também citada por James (2004) em relação aos Jogos Olímpicos de Munique (1972), por Itano (2008) em relação aos Jogos Olímpicos de Atenas (2004) e por Gao (2007) em relação aos Jogos Olímpicos de Beijing (2008).

A maioria dos pesquisadores supracitados afirma que com políticas de investimentos em segurança, transportes, saúde pública, educação e treinamentos corretos, os megaeventos podem auxiliar a melhorar aspectos sociais até então negligenciados, revitalizando as cidades com obras de modernização e de expansão, atraindo novas empresas e melhorando o mercado de trabalho.

Estes tipos de eventos são normalmente organizados por uma combinação de governos, o Comitê Olímpico Internacional – COI, empresas privadas e públicas e organizações não governamentais, cujos interesses, públicos e privados, “*quando bem articulados, convergem para um planejamento rigoroso capaz de transformar custos elevados em rentáveis dividendos políticos, econômicos e sociais...*” (PRONI; ARAUJO; AMORIM, 2008, p.7) sendo que os custos mencionados devem ser cobertos conjuntamente pelas esferas públicas e privadas.

Megaeventos, como os Jogos Olímpicos acontecidos em Barcelona (1992), em Sydney (2000), em Beijing (2008) e em Londres (2012) mostraram que obras e ações objetivas e prioritárias para a população dos locais-sede, que não apenas aquelas associadas diretamente ao evento, como a revitalização urbana e a reconstrução de áreas subdesenvolvidas e periféricas, podem ser realizadas com investimentos provindos de patrocinadores e de emissoras de televisão, atraídos pela propaganda e o marketing, resultando na geração de empregos e no surgimento de novas atividades produtivas e no reforço de outras, em especial, do turismo, deixando um legado positivo para o local sede.

Entretanto, a concentração exacerbada de pessoas somada a aspectos culturais e oportunismo comercial podem gerar externalidades negativas, como atos de vandalismo, acidentes de diversas naturezas, aumento de preços de produtos, especulação imobiliária, desapropriações, marginalização de comunidades, aumento da prostituição, da delinquência e de ruídos e poluição atmosférica. A divulgação destes na mídia pode causar efeitos negativos em relação à imagem da cidade, anulando assim os efeitos positivos antes mencionados (RITCHIE 1988; OHMANN; JONES; WILKES, 2006).

Os impactos negativos podem e devem ser mitigados com o planejamento cuidadoso do evento, com investimentos sendo alocados em diversos aspectos adequados às necessidades reais da população das cidades-sede, como saneamento básico, saúde e segurança pública, e com o monitoramento do legado do evento, ampliando, desta forma, os benefícios que as verbas investidas podem trazer para o local.

O legado de um megaevento diz respeito à herança recebida pela população do local sede. Os autores acima mencionados o consideram negativo quando, de algum modo, prejudica a população, como por exemplo, com dívidas adquiridas com os preparativos, com áreas desmatadas, com lagoas soterradas, com a poluição das águas, do solo e do ar e com o desemprego; e o consideram positivo quando melhora as condições de vida da população do local sede, ampliando a economia, diversificando as oportunidades de moradia e revitalizando áreas abandonadas, dentre outras formas.

No caso dos Jogos Mundiais Militares na cidade do Rio de Janeiro (2012), como parte do legado, direcionado exclusivamente às Forças Armadas do País, teve-se a construção das três vilas militares que albergaram os atletas durante o evento, ficando disponíveis, em seguida, para o alojamento de recrutas e oficiais, e o programa iniciado para melhorar as condições do trânsito dos comboios das vilas às respectivas arenas com a aplicação do Asfalto Liso pela Secretaria de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro.

No caso dos Jogos Olímpicos de Barcelona, cidade mediterrânea e importante polo industrial da Espanha e que na época estava em plena crise econômica, o planejamento ambicioso de não apenas sediar os jogos de 1992, mas de remodelar a cidade, deixou como importante legado, melhor qualidade de vida e maior autoestima da cidade. Obras de instalação de um novo sistema de tratamento de esgotos, criação de áreas verdes e a instalação de novos projetos rodoviários que facilitam a circulação viária, são demonstrações do mencionado legado (VIEIRA, 2012).

Os Jogos Olímpicos sediados em Sydney (2000) se caracterizaram pela preocupação ambiental e deixaram como legado a redução da poluição de rios navegáveis, novas estradas rodoviárias, novos serviços de telecomunicação e eletricidade, um enorme captador de energia solar, programas de reciclagem de entulho e de redução do consumo de água, dentre os principais benefícios para a cidade (VIEIRA, 2012).

Já no caso dos Jogos em Beijing (2008), de acordo com Proni (2010) realizou-se modernização de equipamentos urbanos, ampliação da malha viária, criação de um novo aeroporto internacional, transferência de grandes fábricas poluidoras da região metropolitana para outros estados, a plantação de milhares de árvores na capital e no seu entorno, primando pela melhoria da qualidade do ar.

As Olimpíadas de Sydney (2000) ficaram, então, marcadas pela sustentabilidade, as de Barcelona (1992) pelo projeto urbanístico e as de Beijing (2008) pela “demonstração de grandiosidade e poder” (VIEIRA, 2012).

Depois dos Jogos Olímpicos de Sydney, o Comitê Olímpico Internacional – COI (2016) lançou um estudo contendo 150 indicadores – conhecido como Olympic Games Impacts Study - OGIS - para medir o impacto dos Jogos, comparando o estado das cidades-sede antes, durante e depois do evento. Em 2004, o OGIS foi utilizado para medir o impacto dos

Jogos de Atenas. O resultado foi 0.77, numa escala entre 0 e 4, indicando o significativo fracasso dos Jogos frente à sustentabilidade e à melhoria da qualidade de vida da população local (COMITE OLÍMPICO INTERNACIONAL - COI, 2016)

Contrastando com o resultado de Atenas, os Jogos Olímpicos de Londres (2012) foram classificados como “um passo adiante” por Vieira (2012), uma vez que, muito influenciado pela crise europeia, o planejamento do evento teve como principal foco garantir emprego para a população local.

Para que um megaevento deixe um legado positivo existe a necessidade da participação de todas as esferas sociais praticando o princípio da responsabilidade social, de forma a atender problemas prioritários para o local-sede e tendo como objetivos primordiais a inclusão social e a equidade na distribuição dos benefícios, com investimentos em ações como segurança, saúde e organização dos sistemas de transportes, dentre outras.

Tendo em vista a importância das ações a serem planejadas para se candidatar como local sede de um megaevento, o objetivo deste artigo é propor ações na fase de planejamento dos megaeventos que, efetivamente, garantam um legado positivo para o local sede, à luz dos principais impactos positivos e negativos identificados na literatura sobre o tema. Como objeto de estudo ter-se-á a Cidade do Rio de Janeiro e os preparativos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos realizados no ano de 2016.

Trata-se de um ensaio teórico apoiado em pesquisa bibliográfica e telematizada em sites e documentos da mídia, de caráter exploratório.

A relevância deste objetivo fundamenta-se nas “Metas para o Desenvolvimento do Millennium” (ONU, 2015) as quais reconhecem a importância e a potencialidade dos esportes para promover a saúde, combater comportamentos antissociais, promover a integração social e gerar benefícios para combater a pobreza, a fome e as doenças características de cada nação, promover a igualdade de gêneros, fomentar a colaboração entre países e assegurar o desenvolvimento sustentável. Estas metas suportam a vontade política das cidades do mundo quanto a sediar megaeventos. Entretanto, há a necessidade de se monitorar os efeitos desses eventos de forma a coibir todo tipo de abuso na aplicação de investimentos e para que os objetivos previstos na fase de planejamento sejam alcançados revertendo-se em benefícios sociais.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está composto pelas seguintes seções: referencial teórico sobre megaeventos e impactos associados, um estudo de caso para a cidade do Rio de Janeiro que entre 2007 e 2016 sediou uma série de megaeventos esportivos, religiosos e culturais e proposta de ações para que esses eventos sejam sustentáveis, isto é, deixem para a cidade um legado significativo. Encerram o artigo, conclusões gerais e a bibliografia empregada.

Referencial teórico

Os megaeventos devem ser planejados de forma a garantir a sustentabilidade, isto é, estratégias de manejo devem ser planejadas para anular os impactos negativos e intensificar os positivos, deixando ao povo local uma herança condizente com os gastos e investimentos provenientes dos cofres públicos e privados.

Pesquisadores como Elkington (1999), Chernushenko *et al.* (2001), Preuss (2004), Masterman (2004), Sherwood, Jago e Deere (2005) afirmam que há um gap significativo entre o otimismo com que os possíveis benefícios finais são avaliados com a sub estimação dos custos reais associados aos megaeventos, por conta da exacerbada vontade política quanto a sediar os mesmos.

No ano de 2007 a *International Academy of Sports Science and Technology - AISTS* apresentou o estudo denominado *Sustainable Sport and Event Toolkit - SSET*, guia prático para o planejamento, a gestão e o desenvolvimento sustentável de eventos esportivos. Este guia recomenda uma série de ações a serem levadas em consideração na fase de planejamento do evento. Algumas destas ações são: buscar produtos locais, éticos e práticos, recrutar a população local encorajando a diversidade, proteger áreas sensíveis, facilitar a participação de grupos minoritários e segregados, escolher modos de transporte com baixa emissão de poluentes, identificar *sponsors* comprometidos com a sustentabilidade, dentre outras, que, quando efetivamente aplicadas, levarão a resultados positivos (AISTS, 2010).

Muitos são os artigos científicos dedicados aos vários impactos, positivos e negativos, associados à realização de megaeventos, destacando os econômicos e os derivados do aumento do fluxo turístico (HALL, 1992; GETZ, 1998; ROCHE, 2000 e INGERSON, 2001), a regeneração urbana e a renovação de espaços (De MORAGAS e BOTELA, 1995 e TOOHEY e VEAL, 2000), a expressiva geração de empregos (ESSEX e CHALKLEY, 1998; HORNE e MANZENREITER, 2002) e AVISON YOUNG, 2003), o aporte financeiro trazido pela mídia e pelos *sponsors* (WHITSON; MACINTOSH, 1996), e a melhoria dos padrões da cidade-sede (EITZEN, 1996 e LENSKIJ, 2000).

Por sua vez, Schimmel (1995) e Hiller (2000) chamam a atenção para a temporalidade dos empregos gerados e para a baixa remuneração dos mesmos; Pyo *et al.* (1998) e Kang e Perdue (1994) afirmam que em curto e médio prazo, o fluxo turístico tende a voltar à normalidade; Hall e Hodges (1998) mostram que para a construção e acesso as várias arenas se faz necessária a realocação de moradias prejudicando parte da população local. A especulação imobiliária que leva ao aumento de aluguéis e de aquisição de imóveis é o tema tratado por Horin (1998), enquanto Beaty (1999), Lenskij (2000) e Ruthheiser (2000) discutem a falta de compromisso político com a parte da população que vive próxima e abaixo da linha de pobreza.

Preuss (1998) destaca em seu trabalho a dificuldade em se avaliar objetivamente aspectos sociais muitas vezes intangíveis e fáceis de serem manipulados.

Ma et al (2010) propõem em seu artigo o denominado “*monitoring framework*”, lista de aspectos a serem cuidadosamente estudados e analisados durante a fase de planejamento de um megaevento como forma de direcionar o mesmo para um resultado sustentável e, ainda, estabeleceu um *framework* a ser aplicado durante o evento e após a conclusão do mesmo para monitorar as respostas às ações implementadas. Os aspectos propostos pelos citados autores são classificados em três dimensões: econômica (hábitos do consumidor, investimentos necessários, empregos gerados), social (habitat, igualdade social, políticas sustentáveis para os eventos esportivos, saúde, participação da sociedade) e ambiental (áreas de conservação, arenas, transporte, energia, água resíduos, biodiversidade). Os pesquisadores aplicaram este *framework* em Taiwan para os Jogos Mundiais de 2009 na cidade de Kashsiung, para avaliar cada um dos aspectos identificados, métodos qualitativos na forma de entrevistas semiestruturadas, análise do discurso, observações e análise documental e métodos quantitativos na forma de avaliação estatística e análise fatorial.

Demonstra-se com o referencial teórico analisado que todo megaevento gera impactos positivos e negativos para as cidades-sede. Praticamente toda ação tem seu lado positivo e seu lado negativo. É responsabilidade dos governos investir em ações que maximizem os resultados positivos e mitiguem os negativos e é responsabilidade da sociedade monitorar para que o legado advindo do megaevento seja concretizado.

O Caso da Cidade do Rio de Janeiro

Entre os anos de 2007 e 2016 o Brasil e, em particular, a cidade de Rio de Janeiro sediou uma série de megaeventos esportivos e culturais incluindo os Jogos Pan-Americanos (2007), os Jogos Militares Mundiais (2011), o Rock in Rio (2011 e 2013), a Rio + 20 (2012), as Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014), e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

Durante a década de 2010, a cidade do Rio de Janeiro recebeu um número sem precedentes de visitantes. Crescendo exponencialmente, esse fluxo culminou na semana dos Jogos Olímpicos. De acordo site oficial do governo brasileiro, esperava-se 500 mil turistas com a injeção de US\$ 1,7 bilhão na economia brasileira Portal Brasil (2016).

Foi previsto exclusivamente para os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro um impacto de “*R\$ 102 bilhões na economia brasileira, beneficiando cerca de 55 setores da economia, e gerando, direta e indiretamente, entre 2 e 3 milhões de vagas de emprego*” (CREA-RJ, 2010).

O slogan da campanha oficial do Brasil em sua candidatura para cidade sede das Olimpíadas de 2016 foi “*Jogos verdes para um planeta azul, sustentado por cinco grandes objetivos: a conservação das águas, o*

uso de energia renovável, a emissão neutra de carbono, o gerenciamento de lixo e a responsabilidade social".

Na proposta encaminhada ao COI, para poder ser contemplada como cidade sede das Olimpíadas de 2016, a cidade do Rio de Janeiro apresentou uma série de projetos a serem implementados. Desses, destacam-se a remodelação da região portuária, do entorno do Maracanã, do Sambódromo e do Parque Olímpico; a despoluição da Baía de Guanabara; o aumento da oferta de hotelaria aliada à construção de condomínios e ao uso de transatlânticos ancorados no porto da cidade; a expansão do saneamento e da rede de esgotos da cidade de modo a tratar 80% do esgoto produzido na mesma; o reflorestamento e a recuperação da cobertura vegetal do município com o plantio de 24 milhões de árvores; a expansão da rede de ciclovias; a urbanização e integração de serviços públicos, incluindo a construção de metrô ligando a Zona Sul à Barra da Tijuca; o fomento às práticas esportivas e à atividade física; a pacificação e a revitalização de favelas com a facilitação de acesso; a reorganização do sistema de transporte público urbano por ônibus que junto a metrôs e trens modernizados constituirá um corredor de 100 km interligando as vilas olímpicas e as arenas; a gestão de resíduos; a compra de equipamentos e a modernização das agências de segurança da cidade (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2012; VIEIRA, 2012).

Dentre as obras mencionadas como importantes e efetivamente implantadas na cidade, destacam-se entre essas a revitalização da zona portuária da cidade através do Plano Mestre dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 que incluía o Projeto do Porto Maravilha; A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro instituída legalmente através da Lei Complementar 102/2011; a reorganização do sistema de transporte público por ônibus através do sistema BRS - *Bus Rapid System* que foi implementado na Cidade de forma gradativa e que atualmente contempla o Centro da Cidade e os bairros da Zona Sul - Ipanema e Copacabana e de um sistema de transporte de alta capacidade oferecendo novas ligações entre os bairros Transporte Rápido por Ônibus chamado de BRT - *Bus Rapid Transit*, a extensão do metrô até a Barra da Tijuca e a pacificação e a revitalização de favelas com a construção de planos inclinados para facilitar acesso e de trilhas ecológicas para atrair o turismo.

Porém, muitas vezes acontece que os responsáveis pelo planejamento (políticos e técnicos) exageram na previsão do montante de verba a ser investida nos preparativos da cidade e ainda adotam medidas amplamente impopulares, como a remoção forçada de comunidades para dar lugar às instalações necessárias e a falta de comunicação com a população afetada pela reorganização do tráfego necessário durante as obras, desvirtuando, assim, o objetivo inicial de abrigar esses megaeventos, melhorando as condições e a qualidade de vida da população pós-evento.

É nesse contexto que surge a necessidade de analisar criticamente o planejamento desenvolvido no pré-evento, buscando identificar aspectos que

podem colocar sua sustentabilidade em risco. O planejamento pré-evento acaba sendo cuidadoso – porém não detalhado - pelo fato de existir concorrência pública para ganhar a possibilidade de ser cidade sede.

No caso dos Jogos Olímpicos de 2016, e por conta da complexidade do evento, o processo seletivo para cidade sede ocorreu em 2007.

De acordo com o Comitê de Candidatura (2009) na primeira etapa do processo, o Comitê Olímpico Internacional - COI (2016), assessorado por sua equipe técnica e de consultores, elencou os critérios por eles considerados fundamentais na escolha da cidade com melhor potencial para sediar com sucesso estes Jogos Olímpicos Mundiais. Foram esses: (1) suporte governamental, (2) infraestrutura existente e a ser construída e (3) instalações disponíveis e/ou serem disponibilizados, (4) condições ambientais e impactos esperados, (5) acomodação, (6) transporte, (7) segurança, (8) finanças, (9) experiências em sediar eventos do tipo e (10) legado, e associou a cada item um peso (COI, 2016).

Com base nesses critérios, o COI (2016) elaborou um questionário que foi respondido por comissões representantes das cidades candidatas. As respostas enviadas ao COI foram analisadas com o auxílio de um modelo computacional especialmente desenvolvido para analisar os múltiplos critérios considerados relevantes para este processo seletivo. Esse modelo utiliza a Lógica Fuzzy que emprega um sistema de pesos que, combinados, permitem identificar, mesmo que subjetivamente, as cidades candidatas mais adequadas para sediar os Jogos Olímpicos. Estas cidades foram, então, visitadas pelo COI, que permaneceu por uma semana em cada uma delas, tendo a possibilidade de verificar a factibilidade das propostas elaboradas. O COI elegeu, então, a cidade sede, para o que considerou (1) todas as informações coletadas, (2) experiências prévias dos membros do COI, (3) a situação das cidades candidatas em 2007 e (4) a possibilidade de implementar as melhorias previstas (COI, 2016).

Para demonstrar a importância dada a estas propostas algumas comissões foram criadas pelo governo da cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de controlar o andamento das ações. A Prefeitura do Rio de Janeiro criou (1) a Secretaria Especial COPA 2014 e Rio 2016 para coordenar as ações dos Jogos Mundiais Militares (ocorridos em 2011), das Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016) (PREFEITURA, 2012), (2) o Instituto Rio 2014/2016 para coordenar e monitorar a execução e a aplicação de recursos dos projetos municipais nos eventos (PREFEITURA, 2012), (3) um pacote legislativo para agilizar a execução de projetos para os megaeventos (PREFEITURA, 2012), (4) a Comissão de Avaliação dos Projetos de Legado Urbano (PREFEITURA, 2012), e, em 2011, criou (5) o Conselho do Legado da Cidade para analisar os projetos da cidade para os megaeventos (PREFEITURA, 2012). É, obviamente, de extrema importância que todas estas comissões se relacionem entre si chegando a um denominador comum na hora de estabelecer prioridades na aplicação dos recursos disponíveis.

O Secretário Nacional de Segurança Pública na época, Andrei Rodrigues, respondendo diretamente ao Ministro da Justiça, foi indicado como sendo o responsável pela segurança pública durante os Jogos. Tendo o COI apontado como problemáticos os índices criminais em bairros da cidade, a proposta de candidatura previu a compra de equipamentos, a modernização das agências de segurança e a oferta de segurança específica.

Segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro (2015), um contingente estimado em mais de 85 mil homens – sendo 47 mil de segurança, defesa civil e ordenamento e 38 mil das Forças Armadas trabalhariam no Evento e o Ministério da Justiça investiu R\$ 350 milhões em segurança para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Desse montante, R\$ 100 milhões foram empregados na melhoria de ambientes de capacitação das forças de segurança e na aquisição de ferramentas de treinamento.

Previu também a implementação concomitante de diversos programas ambientais para ampliar a eficiência energética, melhorar o saneamento básico e utilizar combustíveis menos poluentes.

O orçamento para possibilitar o sucesso e a sustentabilidade dos Jogos foi inicialmente estimado em R\$ 30 bilhões sendo que os governos federal, estadual e municipal deviam aportar R\$ 21 bilhões, enquanto patrocinadores, iniciativa privada e o COI, representados na figura do Comitê Organizador dos Jogos, deviam aportar os R\$ 9 bilhões restantes (CREA-RJ, 2010). Os poderes público e privado assinaram as garantias referentes ao custeio dos Jogos, ficando o governo federal responsável, em caso de falta de verba.

Apesar de toda a estrutura política de secretarias e comitês para articular os recursos disponibilizados para o Rio-2016, existem ações e diretrizes que devem ser tratadas por essas coordenações a fim de possibilitar um legado positivo e sustentável, a saber:

Proposta de ações e diretrizes para sediar megaeventos com legados positivos

Após a revisão bibliográfica realizada sobre o tema e pelo vivenciado pelos autores deste trabalho durante os megaeventos sediados na Cidade do Rio de Janeiro entre 2007 e 2016, algumas diretrizes e ações que podem viabilizar um legado positivo para as cidades-sede, são propostas a seguir:

- articulação e participação das diversas esferas da sociedade na priorização dos investimentos captados dos patrocinadores em benefício de toda a sociedade;
- emprego de matéria prima de qualidade, de tecnologias construtivas atuais e de equipamentos que usem fontes renováveis de energia, permitindo a inserção das obras na cidade de forma harmônica e segura;
- priorização de investimentos na proteção ambiental, na saúde pública, nos serviços de transporte público urbano, no treinamento e qualificação

de mão de obra, no tratamento da qualidade da água e na segurança pública;

- adequação e correção da sinalização urbana, incluindo, especialmente em pontos turísticos, letreiros em inglês;
- pacificação de todas as favelas da cidade e de cidades próximas de forma a evitar que os problemas apenas mudem de endereço;
- programas para inserção da massa marginalizada no mercado de trabalho;
- escolha de rotas turísticas com a implantação de um serviço privado de ônibus tipo *hop on-hop off* para evitar problemas relativos a falta de estacionamentos e congestionamentos viários desnecessários, e que funcione com frequência e com segurança garantida;
- intervenção nas concessionárias dos sistemas de transporte público urbano para que as mesmas treinem os funcionários para um atendimento respeitoso aos usuários e a quem compartilha o espaço viário com eles (apenas vias segregadas não garantem o atendimento desejado), para que mantenham e modernizem as frotas de veículos capacitando-as para o transporte de pessoas com necessidades especiais e para que cumpram frequências previamente estabelecidas;
- disponibilização de folders com mapas e cronogramas do transporte público;
- aterramento de toda a rede de fornecimento de energia elétrica para embelezar a cidade e coibir ligações ilegais ou ‘gatos’;
- planejamento e controle das obras de forma a evitar retrabalhos, seja por planejamento inadequado ou por falta de qualidade da obra e de seus insumos
- padronização dos espaços para propagandas coibindo a distribuição de papeletas que acabam obstruindo bueiros e sujando a cidade;
- programas educativos na mídia sobre a importância dos megaeventos na divulgação da marca da cidade, incentivando a solidariedade, a limpeza, a educação e a manutenção da ordem pública dentre outros;
- implantação de um serviço de coleta urbana de lixo ampliado e extensivo a toda a cidade em rotas e horários pré-definidos com um programa de gestão de resíduos e de reciclagem;
- instalação de banheiros públicos que se insiram harmoniosamente na cidade, sem exalar cheiros desagradáveis e sem obstruir paisagens;
- organização do transporte público, com pontos previstos para ônibus e taxis em áreas próximas aos eventos e levando em consideração pessoas com necessidades especiais;
- organização e segurança das ciclovias de modo a garantir acessibilidade aos eventos por este meio de transporte;
- implementação de ações para despoluição das praias, onde este atrativo existir, organizando e fiscalizando nelas a venda de comestíveis e bebidas para evitar abusos e garantir a qualidade;
- regulamentação, padronização, fiscalização e desobstrução de calçadas de modo a garantir o direito de ir e vir das pessoas em segurança, em

especial para idosos, cadeirantes e portadores de alguma restrição física e carrinhos de bebês;

- comparação das promessas inicialmente feitas no momento da apresentação da candidatura para sediar megaeventos com o efetivamente realizado e publicação de um relatório demonstrando os gastos relacionados e os benefícios que esses proporcionaram, efetivamente, a cidade.

Conclusões

Pela ambição de conseguir a nomeação como local sede de um megaevento, os responsáveis pelo planejamento (políticos e técnicos) podem ter a tendência de exagerar em relação à verba a ser investida nos preparativos da cidade para receber os participantes, verba esta que deveria ser prioritariamente aplicada na melhoria das condições e da qualidade de vida da população pós-evento.

Assim sendo, é necessário monitorar os resultados das obras que serão realizadas, incluindo a qualidade dos materiais a serem empregados e a pertinência das técnicas construtivas a serem aplicadas, não apenas aquelas relacionadas aos locais onde jogos e shows acontecerão, mas, especialmente, aquelas destinadas às melhorias em saneamento e infraestrutura viária, na proteção ambiental e nos serviços de segurança, transportes e atendimento hospitalar. Isto é, se faz necessário ter como foco o legado do evento.

Sediar eventos como os que o Brasil e, em particular, a Cidade do Rio de Janeiro, sediou nesta década tem grandes apelos social, político, econômico e cultural pelos impactos positivos associados. Entretanto, estes eventos, de duração limitada, podem gerar impactos negativos extraordinários se os investimentos alocados para a sua realização não forem cuidadosamente monitorados e controlados.

É importante a participação de todas as esferas da sociedade para garantir a sustentabilidade dos megaeventos, demonstrando maturidade, ética e responsabilidade social num trabalho conjunto e integrado. Só assim, um legado objetivo, útil, positivo e permanente poderá ficar para a cidade sede e seus cidadãos.

Referências

- AVISON, Y. **Olympic Impacts**: Vancouver 2010 and the Industrial Real Estate Market. Vancouver, 2003.
- BEATY, A. The homeless Olympics *In: Homeliness*: the Unfinished Agenda. [S.I.]: University of Sydney Press, 1999.
- BRUNET, F. **An Economic Analysis of the Barcelona 92 Olympic Games**: Resources, Financing and Impact. Barcelona: Centre d Estudis Olimpics de l Esport, 1995.

CHERNUSHENKO, V.D.D.; KAMP, A.; STUBBS, D. **Sustainable sport management:** Running an environmentally, social and economically responsible organization. Nairobi: United Nations Environment Programme, 2001.

COATES, D.; HUMPREYS, B. The Growth Effects of Sport Franchises, Stadia and Arenas. **Journal of Policy Analysis and Management**, V.18: 4, 1999. 601-624.

COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL- COI. **Report of the 2016 IOC evaluation commission, 2016.** Disponível em: <<http://www.olympic.org/host-city-elections/documents-reports-studies-publications>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO – CREA-RJ. Disponível em: <<https://www.crea-rj.org.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

DE CANDIDATURA RIO, Comitê. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.** Rio de Janeiro, [s.n] v. 2, 2009.

DE MORAGAS, M.; BOTELA, M. **The Keys to Success, Centre d Estudis Olimpics I de l Esport.** Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 1995.

DOLLES, H.; SODERMAN, S. **Mega-Sporting Events in Asia - Impacts on Society, Business and Management:** an Introduction. Asian Businessand Management, V. 7, 2008.

EITZEN, D.S. Classism in sport: the powerless bear the burden. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 20, n.1, 1996. 95-105.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks:** The Triple Bottom Line of 21st Century Bussness, Oxford, 1999.

ESSEX, S.; CHALKLEY, B. Olympic Games-catalyst of urban change. **Leisure Studies**, v. 17, n. 3, p. 187-206, 1998.

GAO, Y. **2008 Olympic Games Cost within 2.6 bln USD**, Beijing, 2007. Disponivel em: <http://news.xinhuanet.com/english/2007-01/25/content_5651534.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

GETZ, D. Event management and event tourism. **Annals of Tourism Research**, v.25, n.1, 1998. 248-249.

HALL, C.M. **Hallmark Tourist Events.** London: Behaven Press, 1992.

HALL, C.M., HODGES, J. **The politics of place and identity in Sydney 2000 Olympics:** sharing the spirit of corporatism. Sport, Culture and Identity (Roche M.(ed.)). Meyer and Meyer Verlag, Aachen, 1998.

HILLER, H.H. Mega-events, urban boosting, and growth strategies: an analysis of the objectives and legitimations of the Cape Town 2004 Olympic bid. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 24, n.2, 2000. 439-458.

- HORIN, A. **Budget hotels baulk at rooms for homeless during Games.** Sydney Morning Herald, 12, 15 sept 1998.
- HORNE, J.; MANZENREITER, W. An introduction to the Sociology of Sports Mega - Events. **The Sociological Review**, 2006.
- HORNE, J.; MANZENREITER, W. **Japan, Korea and the 2002 World Cup.** London: Routledge, 2002.
- INGERSON, L. A comparison of the economic contribution of hallmark sporting and performing events. In: GRATTON, G.; HENRY, I. **Sport and the City: the Role of Sport in Economic and Social Generation.** London: Routledge, 2001.
- INTERNATIONAL ACADEMY OF SPORTS SCIENCE AND TECHNOLOGY-AISTS& VANCOUVER ORGANIZING COMMITTEE FOR THE 2010 OLYMPIC AND PARALIMPIC WINTER GAMES-VANCOUVER 2010. **Sustainable Sport and Event Toolkit (SSET).** Suíça: [s.n], [2010]. Disponível em: <<http://www.european-atletcs.org>>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- ITANO, N. **As Olympics Glow Fades, Athens Questions \$15 Billion Cost.** Boston: science, 2008. The Christian Science Monitor 21/07/2007 Edition, The First Church of Christ. [2008]
- JAMES, K. **Olympic Games: Cash Cow or Money Pit?**, Deutsche, [s.n]: 2004. Disponível em: <www.dw-world.de>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- KANG, S.; PERDUE, R. Long-term impact of a mega-event on international tourism to the host country: a conceptual model and the case of the 1988 Seul Olympics. **The Journal of International Consumer Marketing**, 6, n. ¾, 1994. 205-225.
- LENSKIJ, J. **Inside the Olympic Industry: Power, Politics and Activism.** State of New York University Press, Albany, 2000.
- MA, S. C. et al. A framework for monitoring during the planning stage for a sports mega-event. **Journal of Sustainable Tourism**, 2010.
- MASTERMAN, G. **Strategic sports event management:** An international approach. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.
- MATHESON, V.; BAADE, R. Mega-Sporting Events in Developing Nations: Playing the Way to Prosperity? **The South African Journal of Economics**, v. 72:5, p. 1085-1096, 2004.
- OHMANN, S.; JONES, I.; WILKES, K. The Perceived Social Impacts of the 2006 Soccer World Cup on Munich Residents. **Journal of Sport & Tourism**, v. v.11, n.2, p. 129-152, 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **2015 Time for Global Action.** Millennium Development Goals and Beyond, 2015. Disponivel em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 2015 dez. 01.

PORTAL BRASIL. **Brasil espera receber 500 mil turistas durante Olimpíada.** [S.I.: s.n], 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2016/06/brasil-espera-receber-500-mil-turistas-durante-olimpiada>. Acesso em: 01 jun. 2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO. **Portal do cidadão.** PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2012. Disponivel em: <<http://www.rio.rj.br/web/guest/exibeconteudo>>. Acesso em: 20 fevereiro 2012.

PREUSS, H. **Problemizing the arguments of the opponents og Olympic Games.** Unpublishing paper, Germany, 1998.

PREUSS, H. **The economics of staging the Olympics: A comparison of the Games 1972-2008**, Cheltenham, UK, 2004.

PRONI, M.W. Observação sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016. **Motrivivência**, N. 32-33, P. 49-70, 2010.

PRONI, M.W.; ARAUJO, L.S.; AMORIM, R.L.C. **Leitura Econômica dos Jogos Olímpicos:** Financiamento, Organização e Resultados. Publicação do IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada., Rio de Janeiro, agosto 2008. Disponivel em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2016.

PYO, S.; COOK, R.; HOWELL, R. Summer Olympic tourism market: learning from the past. **Tourism Management**, v. v.9, n. 2, p. 137-144, 1998.

RITCHIE, J.R.B. Assessing the Impacts of the 1988 Olympic Winter Games-The Research Program and Initial Results. **Journal of Travel Research**, v. 22(3), p. 17-25., 1988.

ROCHE, M. **Mega- Events and Urban Policy.** Annals of Tourism Research, USA, v. v. 18, n.1, 1994.

ROCHE, M. **Mega-Events and Modernity:** Olympics and Expos in the Growth of Global Culture. London: Routledge, 2000.

RUTHHEISER, D. **Imagineering Atlanta.** New York: Verso, 2000.

SCHIMMEL, K.S. Growth politics, urban development, and sport stadium construction in the United States: A case study. In: BALE, J.; MOEN, O. **The Stadium and the City.** Keele: Keele University Press, 1995.

SHERWOOD, P.; JAGO, L.; DEERE, M. Triple bottom line evaluation of special events: Does the rhetoric reflect reporting? In: SHERWOOD, P.; JAGO, L.; DEERE, M. **Third International Event Management Conference.** Sydney: [s.n.], 2005.

SOLA, F. E. The Impact of Mega-events. **Annals of Tourism Research**, v.25, n.1, p. 241-245, 1988.

TOOHEY, K.; VEAL, A.J. **The Olympic Games:** A Social Science Perspective. CABI Publishing, Wallingford, 2000.

VIEIRA, A. Jogos Verdes, planeta Azul. **Jornal O Globo/Coluna Economia Verde.**, 04 Julho 2012. 32.

WHITSON, D.; MACINTOSH, D. The Global Circus: international sport, tourism, and the marketing of the cities. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 23, n.2, p. 278-295, 1996.

Laura Sinay: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: laura.sinay@unirio.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1227278208156191>

Maria Cristina Fogliatti de Sinay: Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: cristinasinay@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4705136602818227>

Fabio Vinicius de Araújo Passos: Faculdade SENAC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: fabioturis@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5098065349219568>

Iluska Lobo Braga: Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: iluskalobo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5471499041003382>

Data de submissão: 04 de dezembro de 2016

Data de recebimento de correções: 14 de junho de 2017

Data do aceite: 14 de junho de 2017

Avaliado anonimamente